

HABEAS CORPUS Nº 519.977 - SP (2019/0195116-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ALEX MEGLORINI MINELI E OUTRO
ADVOGADOS : ALEX MEGLORINI MINELI - SP238908
FERNANDA RUSSO RONCHI - SP394821
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADILSON CARLOS SCAPIM (PRESO)
OUTRO NOME : ADILSON CARLOS SCAPIN (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ADILSON CARLOS SCAPIM contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2116387-06.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 12 da Lei n. 10.826/2003 e no art. 180, § 1º, do Código Penal (posse irregular de arma de fogo de uso permitido e receptação qualificada). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS – Associação criminosa, receptação qualificada e posse irregular de arma de fogo. Decisão devidamente motivada acerca da necessidade da custódia cautelar. Gravidade concreta do delito. Ameaça à garantia da ordem pública. ORDEM DENEGADA. (fl. 50).

No presente *writ*, o impetrante sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Destaca a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, aplicando-se, caso se entenda necessário, medidas menos gravosas.

Superior Tribunal de Justiça

Indeferida a liminar (fl. 236), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 293/298).

É o relatório.

Decido.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, em consulta ao sistema informatizado do Tribunal de origem constatou-se que, no dia 27/11/2019, nos autos da Ação Penal n. 1500419-83.2019.8.26.0129, expedido alvará de soltura em favor do ora paciente.

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da impetração.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator